

O BRASIL, O PIB E OS BRUXOS DA ADIVINHAÇÃO

por Antonio Carlos Andrade*

O objetivo deste artigo é discutir, de maneira sucinta, por problemas de espaço, os últimos resultados do desempenho da economia brasileira após a divulgação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre de 2009 e outros indicadores macroeconômicos, tais como, taxa de juros, índice de desemprego, taxa de câmbio, entre outros, e os problemas que a economia brasileira ainda tem pela frente até voltar ao crescimento sustentável que vinha experimentando há doze trimestres consecutivos, isto é, desde o quarto trimestre de 2005 até o terceiro de 2008, quando a economia foi atingida pela crise financeira internacional, iniciada ainda em setembro com a falência do banco americano Lehman Brothers.

Na primeira seção são apresentados os números do PIB do primeiro trimestre de 2009 e suas comparações inevitáveis com o período imediatamente anterior (quarto trimestre de 2008) e com o mesmo trimestre de 2008, o primeiro.

A segunda seção discute as taxas de juros praticadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), através da taxa Selic - que serve de referencial técnico para as demais taxas de juros praticadas pelo mercado - e a sua influência na taxa de câmbio brasileira.

Na terceira seção são apresentados os números do mercado de trabalho brasileiro, visto sob ótica da taxa de desemprego, segundo a última divulgação do IBGE.

E, finalmente, na quarta seção são apresentadas notas de conclusões e de possíveis prognósticos para o desempenho da economia brasileira para os dois últimos trimestres do ano de 2009.

As fontes são o próprio IBGE, o BACEN, os Ministérios da Fazenda e Planejamento e algumas agências de notícias.

2 O PIB do Primeiro Trimestre de 2009 e a Recessão Técnica

Após a divulgação do PIB do primeiro trimestre de 2009 (-0,80%), pelo IBGE (2009b), parece ter-se

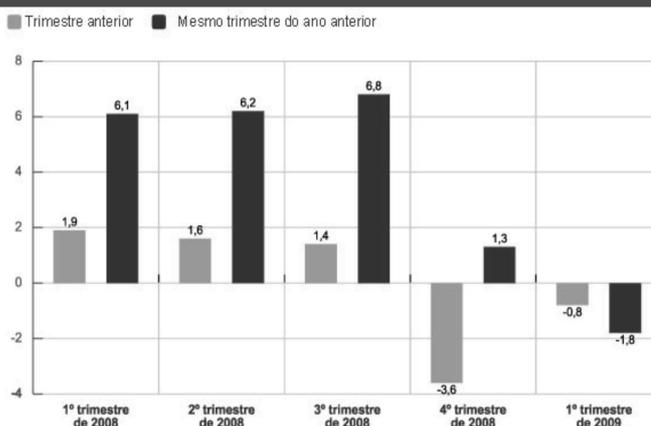
ouvido ecoando por todos os cantos do país uma espécie de "ufa!". Somados aos -3,59% do quarto trimestre do ano passado, a economia brasileira entrou de fato em recessão. Recessão técnica, como é denominada pelos economistas ortodoxos para as economias que atingem dois PIBs quadrimestrais negativos consecutivos, como foi o caso da economia brasileira.

A última recessão técnica ocorrida na economia brasileira foi registrada em 2003. Naquele ano, a economia brasileira teve uma retração de 1,44%, ainda no primeiro trimestre, e 0,23% no segundo. Entretanto, naquele ano, a economia brasileira terminou se recuperando nos dois trimestres posteriores e seu PIB acabou fechando em alta de 1,1%. As causas imediatas de um crescimento tão medíocre teria sido o temor do mercado pela possível eleição de Lula à presidência da República, o que acabou acontecendo.

No primeiro trimestre de 2009, a economia brasileira encolheu 1,8%, quando comparada com igual período de 2008. Essa queda, em relação ao trimestre anterior, não era vista desde o quarto trimestre de 1998 - naquele período, a retração foi de 1,9%.

No entanto, anualmente, a última recessão registrada pela economia brasileira foi em 1992, ano em que o PIB acusou um resultado negativo de 0,5%, quando comparado com o ano de 1991.

A EXPANSÃO DA ECONOMIA TRIMESTRE A TRIMESTRE (EM %)



FONTE: IBGE

Entre janeiro e março deste ano, a economia brasileira produziu entre bens e serviços cerca de R\$ 684,6 bilhões. Quando analisado setorialmente, o investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) teve uma queda de 14%, em relação ao primeiro trimestre de 2008; porém, quando comparado com o trimestre imediatamente anterior (o quarto de 2008), essa queda é de 12,6%. Trata-se da maior queda já registrada pelo IBGE, desde que iniciou os cálculos da série em 1996.

A queda do setor industrial, a despeito das reduções de alguns tributos incidentes sobre os bens de alguns setores, foi de 9,3% em comparação ao primeiro trimestre de 2008. Trata-se de uma queda recorde, desde que se começou a contar a história da série. Já a comparação com o quarto trimestre apresentou uma alta de 3,1%, o que não significa nada, uma vez que no último semestre de 2008 a indústria quase que parou. No entanto, nos últimos 12 meses, a indústria apresentou uma leve expansão de 0,4%.

O setor agropecuário acusou uma queda de 1,6%, quando comparado com o primeiro trimestre de 2008, e uma leve retração de 0,5% na comparação com o quarto trimestre de 2008. Entretanto, nos últimos 12 meses, apresentou um crescimento de 4,3%.

O setor serviços, por sua vez, apresentou um crescimento de 1,7%, em relação ao primeiro trimestre de 2008, e um crescimento débil de 0,8% na comparação com o quarto trimestre deste mesmo ano. Nos últimos 12 meses, apresentou um crescimento de 0,4%, semelhante ao da indústria.

O consumo das famílias registrou alta de 1,3% no primeiro trimestre. Quando comparado com o quarto trimestre, seguiu em alta de 0,7%; para os 12 meses, seguiu em crescimento de 4,1%. O que não deve ser esquecido é a força do mercado interno brasileiro, que já vem crescendo há 22 trimestres consecutivos.

O consumo do governo, por sua vez, apresentou um crescimento de 2,7%, no primeiro trimestre, e um crescimento de 0,6%, quando comparado com o quarto trimestre de 2008; nos últimos 12 meses, acumulou alta de 4,7%.

Finalmente, o setor externo. As exportações, quando comparadas ao primeiro trimestre de 2008, recuaram 15,2%; já as importações, quando comparadas ao mesmo período, tiveram uma queda um pouco maior, 16,8%.

3 Taxa de Juros Versus Taxa de Câmbio

Dois problemas se apresentam de imediato, quando se faz qualquer prognóstico sobre a recuperação da economia. O primeiro diz respeito ao comportamento do câmbio *versus* a taxa de juros de mercado (Selic). Embora o BACEN jure que não vai intervir no mercado e que a política do câmbio flutuante iniciada em 1999 continuará nesse governo, a rápida recuperação do real frente ao dólar já preocupa as autoridades econômicas do governo. Para se ter uma ideia dessa recuperação, em 1º de agosto de 2008 o dólar atingiu a sua menor cotação, desde a sua liberação em janeiro de 1999, R\$ 1,559, e começou a subir a partir daí: em 15 de setembro de 2008 atingiu R\$ 1,8080 com a quebra do banco americano Lehman Brothers e chegou a R\$ 2,536 em 4 de dezembro daquele ano, a maior cotação na crise financeira internacional e também a maior desde abril de 2005. Foi o auge. De lá para cá, o ritmo foi de queda. Atualmente, está na barreira abaixo dos R\$ 2,00. Deve fechar o fim do ano por volta dos R\$ 1,80.

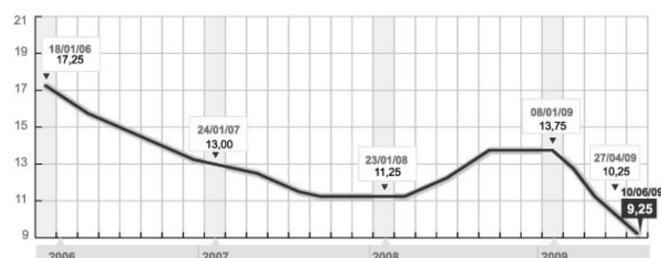
Para a economia brasileira, essa volta do dólar para abaixo dos R\$ 2,00 é ruim, porque as exportações brasileiras que já são caras por conta dos altos impostos incidentes sobre as mesmas, sem contar com os custos dos transportes, além das tarifas alfandegárias, perdem competitividade no mercado internacional. Seria bom para os importadores, mas quem tinha que renovar o seu parque industrial já o fez, antes da crise financeira internacional, época em que o dólar rondava a casa dos R\$ 1,60. Agora, a indústria tem um parque renovado e tem também capacidade ociosa. Em todo caso, está pronta para outro surto de crescimento ou um novo "voo da galinha".

Quanto à taxa de juros da economia brasileira medida pela Selic, esta está em 9,25% a.a. e em queda - e é bom mesmo que mergulhe rumo ao fundo do mar abissal, uma vez que já esteve entre as estrelas celestiais do planeta. O problema é que o BACEN demorou muito para acordar do seu estado de letargia monetária. Enquanto todos os bancos centrais das economias mundiais respondiam à crise com reduções rápidas em suas taxas de juros, Henrique Meirelles e seus diretores mantinham a Selic estável no patamar de 13,75% e a diminuição chegou tarde.

A não ser para incentivar o consumo de bens duráveis, a Selic, tão cedo, não terá serventia para incentivar os investimentos. Ninguém investirá sem

a certeza de retorno em lucros. Em todo caso, embora ainda seja uma das três taxas de juros mais altas do planeta, a Selic está entre a mais baixa da história do BACEN (9,25% menos a inflação), muito embora, em termos reais, seja superior a 5% a.a. Não se deve comemorar muito ainda, porque, para o consumidor de bens duráveis, a taxa de juros pode variar de 60% a 120%, dependendo da instituição bancária, muito embora nos últimos meses ter se registrado uma queda nas taxas praticadas contra o consumidor.

Evolução da taxa básica de juros – Selic (% ao ano)



Fonte: Banco Central do Brasil

4 O Desemprego Para de Cair

Está em discussão, entre os economistas e os palpiteiros, qual deverá ser o PIB do país no final do ano. Todas as estimativas apontam para um crescimento negativo. Apenas o ministro da Fazenda, Mantega, ainda acredita em uma reversão do quadro recessivo nos dois trimestres finais de 2009. Pode surpreender todo mundo com o seu messianismo econômico, uma vez que os números da economia até aqui apresentados foram os do primeiro trimestre. E junho já está no seu período das festas “juninas”, isto é, em seu fim. Isso significa dizer que os números do desempenho da economia brasileira já estão sendo fechados. É só aguardar a sua divulgação.

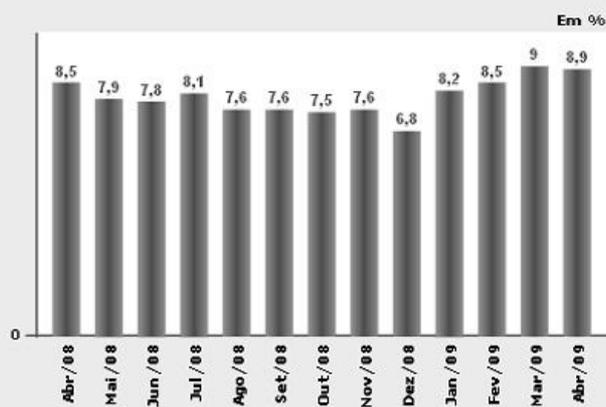
Mas, alguns já estão chegando: após três altas, a taxa de desemprego no Brasil ficou estável em abril, em 8,9%, segundo o IBGE (2009a) divulgou ainda em maio. Em março deste ano, a taxa de desemprego ficou em 9,0%, o que representou o maior índice desde 2007. Esses dados foram coletados nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo - e são ainda alentadores, pois, estão longe dos 13,1% verificados em abril de 2004. Desde 2001 que o IBGE vem adotando a atual metodologia na pesquisa.

Embora não se possa ainda teorizar muito sobre esses números, eles estão indicando que a

economia parou de demitir. Se maio e junho repetirem a estabilidade ou mesmo apontarem uma redução das demissões, principalmente na indústria, talvez já tenhamos um ponto de inflexão da queda do crescimento, ou pelo menos tenhamos atingido o fim do poço da crise econômica.

EMPREGO NO BRASIL

Taxa de desocupação no país nos últimos 13 meses



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

5 Conclusões

O comportamento da inflação medida pelo IPCA, que é o índice oficial do Governo Federal para a medição das metas inflacionárias, contratadas com o FMI, a partir de julho de 1999, vem se mantendo dentro do esperado pelo mercado financeiro e pelo próprio BACEN, a quem cabe a administração da política monetária, que, aliás só dispõe de uma: subir ou descer a taxa de juros. A meta da inflação para esse ano é de 4,5% (com margem de erro de 2,0% para cima ou para baixo).

Na última sondagem realizada em meados de junho pelo BACEN, junto ao mercado financeiro, a projeção era de uma inflação no ano de 4,39%. Com a redução do preço dos derivados de petróleo de quase 10% nas bombas dos postos - com o fim do dilúvio que começou em Santa Catarina ainda no ano passado e prosseguiu neste ano pelo Nordeste e com o fim da seca em alguns estados do Sul do país -, a oferta de alimentos deve se regularizar e os preços se ajustarem em um patamar menor. Portanto, o BACEN não terá nenhuma desculpa para interromper a diminuição da taxa Selic.

Entretanto, os números aqui apresentados são por demais ainda inconclusivos para se afirmar que a economia brasileira voltará a crescer com vigor sustentável, a partir dos dois últimos trimestres

restantes, ou se ainda vai precisar de mais prazo para poder recuperar-se, principalmente no setor exportador e na indústria, os mais atingidos pela crise financeira internacional que cortou o crédito e derrubou as compras, tanto as internas quanto as externas.

Entretanto, a reação do governo federal, embora tardiamente, surtiu efeito, pois, atenuou o agravamento da crise. A política de redução dos tributos incidentes sobre os automóveis e caminhões reacendeu a demanda que havia se retraído, por conta da alta dos juros e da falta de crédito e também pela própria desconfiança sobre o futuro que a crise desencadeou por todo o mundo capitalista.

É muito inteligente a medida que busca incrementar o setor da indústria de construção civil, grande empregadora de mão de obra no país, com crédito farto e juros baixos. Em um país com *déficit* habitacional de 7,8 milhões de residências, segundo o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP), toda iniciativa em facilitar a aquisição da casa própria ao brasileiro é bem-vinda, principalmente porque pode ser feita no país como um todo, diferentemente da ajuda à indústria automobilística, que se concentra exatamente nos estados mais ricos da federação: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Outra discussão que vem dominando o mundo acadêmico e também o empresarial é se a recuperação econômica brasileira será rápida, vale dizer: restrita apenas a dois ou três trimestres negativos. Se dependesse do governo, ela nem teria acontecido. Ele vem mantendo o seu esforço keynesiano no sentido de aumentar os seus gastos, em uma busca de aumento da demanda agregada. O problema é que esses gastos têm-se resumido apenas ao servidor público: aumentos salariais e mais contratações. O gasto nos investimentos via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não consegue acompanhar o ritmo do que foi planejado. E as causas são diversas, que vão desde os problemas com as licitações das obras e licenças ambientais, passando por problemas de gestão.

Rápida recuperação da Bolsa de Valores de São Paulo é um caso que merece um estudo diferenciado, uma vez que antes da crise financeira internacional, em setembro do ano passado, a cotação passava dos 70.000 pontos; com a crise, despencou para patamares de 19.000 e hoje oscila entre os 51.000 pontos, com uma valorização de

quase 40% dos seus papéis. O Ibovespa está entre as três bolsas mais rentáveis do mundo para os aplicadores.

Finalmente, somente com a divulgação do PIB do segundo trimestre é que se terá condição de se realizar uma previsão mais próxima de uma certeza em relação a se o país vai sair mais rápido da recessão econômica do que os demais países ou não, como têm afirmado as autoridades econômicas brasileiras e o próprio presidente Lula. É esperar para ver. Fora disso, é mero ato de bruxaria.

Bibliografia

ANDRADE, Antonio Carlos. **Economia Brasileira**. Teresina: Editora da UAPI, 2009.

BACEN – Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

FEIJÓ, Carmem Aparecida e outros. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri: Minha Editora; Manole, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Notícias**, 24/04/2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1356&id_pagina=1>. Acesso em: 16 jun. 2009(a).

_____. **Notícias**, 09/06/2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1384&id_pagina=1>. Acesso em: 16 jun. 2009(b).

***Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas. Doutor em História Econômica pela USP/SP e jornalista.**